



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1474/2025
Data: 11/06/2025 - Horário: 15:27
Legislativo

INDICAÇÃO Nº ____/2025

Apelo ao Senhor Governador do Estado e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, para que promovam a realização de estudo técnico destinado a identificar as regiões com maior incidência de afogamentos no estado, com vistas à ampliação estratégica de postos de guarda-vidas em praias e demais áreas públicas de risco, na forma que menciona.

Senhor Presidente, apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 157, e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Alagoas, a presente **INDICAÇÃO**, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, para que promovam a realização de estudo técnico destinado a identificar as regiões com maior incidência de afogamentos no estado, com vistas à ampliação estratégica de postos de guarda-vidas em praias e demais áreas públicas de risco, na forma que menciona.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por fundamento o alarmante número de mortes por afogamento no Estado de Alagoas, que já registra, apenas até o mês de maio de 2025, 36 óbitos confirmados.¹ Esse número representa um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior e revela uma tendência crescente que exige ação imediata do poder público.

As ocorrências têm se concentrado, em sua maioria, em áreas litorâneas e fluviais sem cobertura de guarda-vidas, sem sinalização adequada, e com grande circulação de banhistas, tanto moradores quanto turistas. Adicionalmente, as causas frequentemente envolvem o consumo de álcool, desconhecimento sobre as condições locais das águas e superestimação da capacidade de natação, especialmente entre homens jovens entre 15 e 35 anos de idade.

Destaca-se ainda o caso recente e comovente do advogado Miguel Raimberg Falcão Barbosa, de 44 anos, que perdeu a vida em um ato heroico ao tentar salvar seu filho em uma praia no município de Jequiá da Praia. O ocorrido evidenciou,

1

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2025/05/05/alagoas-registra-36-mortes-por-afogamento-ate-maio-de-2025.ghtml>



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

de forma trágica, a vulnerabilidade das famílias alagoanas em locais sem estrutura mínima de segurança aquática.

Diante deste cenário, urge a adoção de medidas concretas e eficazes. Por isso, propõe-se que o Governo do Estado, em articulação com o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, realize um estudo técnico de abrangência estadual, a fim de mapear os pontos críticos de afogamento, analisar as causas recorrentes e estabelecer parâmetros para a instalação prioritária de Postos de Guarda-Vidas nessas regiões.

O estudo proposto deverá levar em consideração dados estatísticos históricos, fluxo populacional em períodos sazonais, acessibilidade das regiões e grau de vulnerabilidade da população usuária. A partir desse diagnóstico, será possível orientar uma política pública de implantação estratégica desses postos, priorizando as regiões com maior número de ocorrências e com menor presença de cobertura institucional.

Ao mesmo tempo, é recomendável que o resultado desse estudo também sirva de base para outras ações complementares, como campanhas educativas permanentes, programas de conscientização em escolas e melhoria na sinalização de áreas de risco.

Portanto, requeiro seja, após submetida ao Plenário (art. 158, do RI-ALE/AL), transmitida a seguinte proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado (art. 157, in fine, do RI-ALE/AL): *“A Assembleia Estadual indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, para que promovam a realização de estudo técnico destinado a identificar as regiões com maior incidência de afogamentos no estado, com vistas à ampliação estratégica de postos de guarda-vidas em praias e demais áreas públicas de risco, na forma que menciona.”*


Cibeles Moura
Deputada Estadual